

# Pioneiro

AO  
TEU  
LADO

Ano 74 - nº 14.385

CAXIAS DO SUL, 31 DE MARÇO DE 2022



## PÁGINA CERTIFICADA

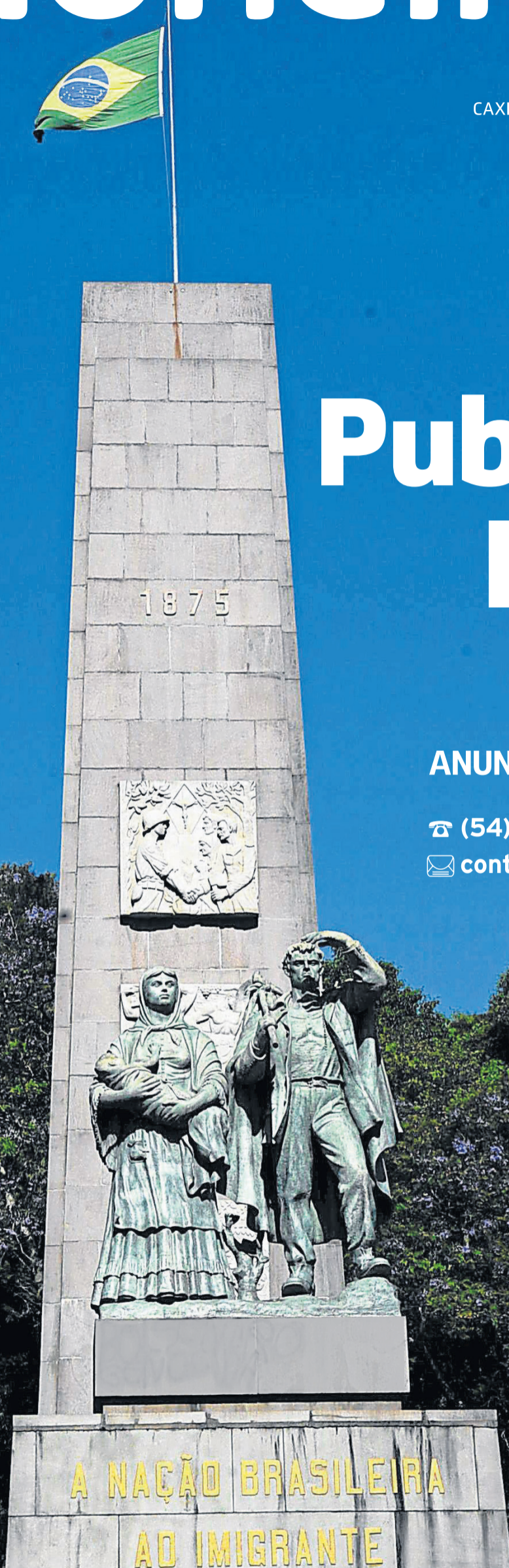
O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em [pioneiro.com/publicidadelegal](http://pioneiro.com/publicidadelegal)

# Publicidade Legal

## ANUNCIE AQUI

☎ (54) 3218-1234

✉ [contato.comercial@gruporbs.com.br](mailto:contato.comercial@gruporbs.com.br)



A NAÇÃO BRASILEIRA  
AD IMIGRANTE





CONTINUAÇÃO>>>		Marcopolo Trading S.A. CNPJ nº 87.004.594/0001-97 - NIRE nº 43 3 0000270 5		Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)	
	2021	2020			
	Marcas registradas e licenças	Marcas registradas e licenças			
Custo do intangível	4	4			
Amortização acumulada	(2)	(1)			
Valor residual	2	3			
<b>10. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes</b>					
Conciliação	2021	2020			
(Prejuízo) Lucro antes do IR e da contribuição social	702	(529)			
Aliquota nominal %	34	34			
	(239)	180			
Adições e exclusões permanentes	25	(1)			
Outras adições (exclusões), líquidas	(214)	179			
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(143)	-			
Diferido	(71)	179			
	(214)	179			
<b>11. Patrimônio líquido: a. Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é composto por 5.000.000 (em 31 de dezembro de 2020, o capital era composto por 5.000.000) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. <b>b. Reserva legal:</b> É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. <b>c. Reserva para futuro aumento de capital:</b> Corresponde a 100% do saldo de lucros acumulados remanescentes após a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme artigo 21 do estatuto social. <b>d. Dividendos:</b> A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:					
	2021	2020			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	488	(350)			
Reserva legal (5%)	(24)	-			
Base de cálculo dos dividendos	464	(350)			
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	116	-			
<b>12. Receita:</b> Ajuste a valor presente					
Variação cambial					
	2021	2020			
Vendas brutas de produtos e serviços	6.629	-			
Imposto sobre vendas e devoluções	(2.707)	-			
Receita líquida	3.922	-			
<b>13. Resultado financeiro</b>					
	2021	2020			
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias recebidos	24	61			
Ajuste a valor presente	16	-			
Variação cambial	251	1.941			
Rendas de aplicações financeiras	319	124			
	610	2.126			
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos e outros	-	(1.065)			
<b>14. Lucro (Prejuízo) por ação:</b> O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações. Durante o exercício a Companhia não adquiriu ações próprias, bem como não mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação não apresenta efeito de diluição devido a não possuir opções de compra de ações.					
<b>Básico e Diluído</b>					
	2021	2020			
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas	488	(350)			
Quantidade média de ações (milhares)	5.000	5.000			
Lucro (prejuízo) por ação	0,10	(0,07)			
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>					
Aos Administradores e Acionistas Marcopolo Trading S.A. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Marcopolo Trading S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marcopolo Trading S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:</b> A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 29 de março de 2022					
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5					
Carlos Alexandre Peres Contador CRC 1SP198156/O-7					
<b>Contador</b>					
Leandro Antonio Basso - CRC - RS 59.513/O-4					
<b>Diretoria</b>					
José Antonio Valiati - Diretor					
Andre Vidal Armaganjan - Diretor					



**PÁGINA  
CERTIFICADA**

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em [pioneiro.com/publicidadelegal](http://pioneiro.com/publicidadelegal)

Brinox Metalúrgica S.A.

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à V.Sas. as demonstrações financeiras da Brinox Metalúrgica S.A., do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Caxias do Sul, 29 de março de 2022. A Diretoria.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Table with columns: Controladora, Consolidado, Nota, 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equiv. de caixa, Aplicação financeira, etc.

Relatório da Diretoria

Demonstrações dos resultados Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Receita líquida, Custo das vendas, Lucro bruto, etc.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Lucro antes do IR e da CS, Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais, Deprec. e amortizações, etc.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Table with columns: Capital Social, Reserva de subvenção, Reserva para investimentos, Reserva Legal, Lucros acumulados, Patrimônio líquido. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2019, Lucro do exercício, Reserva legal, etc.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Brinox Metalúrgica S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da Companhia é Rodovia Estadual RS 453, Km 80, nº 32.503, Bairro Nossa Senhora da Saúde, Caxias do Sul, Brasil. A Companhia tem por objeto social, indústria, comércio varejista, atacadista e eletrônico, importação e exportação de utilidades domésticas, faqueiros, peças de cutelaria, painéis, tesouras, lixeiras, acessórios para banheiro, cubas, pias, lavatórios, móveis e artigos de decoração em aço inoxidável, latão, alumínio, alpaca, ferro, plástico, acrílico, madeira, vidro, melamina, porcelana, cerâmica e demais matérias primas disponíveis no mercado. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras: A Administração da Companhia vem acompanhando as questões relacionadas a pandemia do Coronavírus (COVID-19) e tem tomado ações no sentido de preservar seus colaboradores e a continuidade operacional de seus negócios. Em face ao novo cenário causado pelo COVID-19, a Companhia e suas filiais adotaram medidas de prevenção e cuidado com seus profissionais, e mantiveram suas instalações de produção e distribuição operando sem interrupções significativas, aderiram a políticas do Governo com relação a suspensão de contratos de trabalho relacionados a pessoas do grupo de risco e realizaram adequações em turnos em seu quadro de funcionários. O cenário de pandemia global incorporou incertezas à operacionalização de diversos modelos de negócio, e o fortalecimento das vendas através de canais e-commerce e site da loja possibilitou que a Companhia continuasse crescendo em relação ao período pré-pandemia de Coronavírus (COVID-19). A Companhia realizou a avaliação dos impactos da COVID-19 em suas operações, sem identificar aumento significativo no risco de crédito de contas a receber de clientes que pudesse impactar na reavaliação de suas premissas de provisão. No que tange ao impairment de seus ativos, a Companhia também não identificou impacto adverso relevante em suas disponibilidades, estoques e ativos permanentes, que pudessem impactar na realização dos mesmos. 2. Sumário das políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para a determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios. A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria realizada em 29 de março de 2022. 2.2. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. 2.3. Demonstrações financeiras consolidadas: A Companhia é controlada pela empresa Rio Jari Participações S/A, e é controladora direta da empresa Roceral S/A, localizada no Uruguai, demonstração financeira consolidada é composta pela demonstração financeira da Companhia, da controlada direta Roceral

S.A., conforme apresentado a seguir:

Percentual de participação 31/12/2021 31/12/2020 Racional S.A. Uruguai Direta 100% 100% 2.4. Reconhecimento de receita: O CPC 47 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". 2.6. Estoques: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Matérias-primas e material de uso e consumo - custo de aquisição segundo o custo médio. Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. 2.7. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia, que não aumentem a vida útil do imobilizado, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens, conforme descrito abaixo: Computadores e softwares 5 - 16 anos Máquinas e equipamentos 5 - 27 anos Móveis e utensílios 4 - 30 anos Moldes e matrizes 10 - 20 anos Instalações e benfeitorias 10 - 30 anos Utensílios 5 - 10 anos

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros result. abrang., a serem classificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes, Total de result. abrang. do período.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. 2.9. Provisões: Geral: As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. 2.10. Tributação: Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. 2.11. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. 2.12. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias: (1) Instrumentos financeiros ao custo amortizado; (2) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e (3) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros ao custo amortizado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e derivativos. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado. Mensuração subsequente: Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de hedge. Para os instrumentos derivati-

vos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção "Hedge", esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção "hedge accounting". 2.13. Subvenções: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: Provisões para litígios: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos, incluindo arrendamentos; além das análises de sensibilidade de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. 4. Demonstrações contábeis completas: As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://grupobrinox.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 29 de março de 2022, sem ressalvas.

Diretoria: Christian Emilio Hatenstein, Ricardo Herber, Márcio Rossi, Gustavo Spadari Pretto

Conselho da Administração: Gustavo Pereira de Freitas Santos (Presidente), Sebastian Agustin Villa (Vice-Presidente), Julio Moura Neto, e Raúl Francisco Sotomayor Valenzuela

Contadora: Elizângela F. da Silva Dutra, CRC/RS 078257/O-5 - CPF: 805.582.670-68

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020	Capital social	Reserva de reavaliação	Legal	Incentivos fiscais	Investim. e capit. giro	Lucros acumulados	Total	Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais)	
														2021	2020
<b>Relatório da Administração</b>															
<b>Senhores Acionistas:</b> Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas dos valores correspondentes ao exercício anterior e do Relatório do Auditor Independente. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Caxias do Sul, 22 de março de 2022. A Diretoria															
<b>Relatório da Administração</b>															
<b>Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)</b>				<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro (Em milhares de reais)</b>				<b>Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais)</b>							
<b>Reservas de lucros</b>															
<b>Capital social</b>															
<b>Reserva de reavaliação</b>															
<b>Legal</b>															
<b>Incentivos fiscais</b>															
<b>Investim. e capit. giro</b>															
<b>Lucros acumulados</b>															
<b>Total</b>															
<b>Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais)</b>															
<b>Receita operacional líquida</b>															
<b>Custo dos produtos vendidos</b>															
<b>Lucro bruto</b>															
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>															
<b>Desp. administrativas</b>															
<b>Outras receitas (desp.) operacionais</b>															
<b>Lucro antes da equív. patrimonial</b>															
<b>Resultado da equív. patrimonial</b>															
<b>Lucro antes do result. financeiro</b>															
<b>Resultado financeiro</b>															
<b>Despesas financeiras</b>															
<b>Receitas financeiras</b>															
<b>Variações cambiais (líquidas)</b>															
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>															
<b>Imposto de renda e contrib. social</b>															
<b>Lucro líquido do exercício</b>															
<i>Lucro por ação do capital - Em R\$ 1</i>															
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (Em milhares de reais)</b>															
<b>Atividades operacionais</b>															
<b>Lucro líquido do exercício</b>															
<b>Ajustes:</b>															
<b>Depreciação e amortização</b>															
<b>Provisão p/ créditos de liquidaç. duvidosa</b>															
<b>Provisão para contingências</b>															
<b>Investim./imobilizado/intangível baixados</b>															
<b>Equivalência patrimonial</b>															
<b>Juros de empréstimos e financiamentos</b>															
<b>Juros de mútuo c/ partes relacionadas</b>															
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>															
<b>Contas a receber de clientes</b>															
<b>Estoque</b>															
<b>Tributos a recuperar</b>															
<b>Depósitos judiciais</b>															
<b>Outros ativos</b>															
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>															
<b>Fornecedores</b>															
<b>Tributos a recolher</b>															
<b>Salários e provisões com pessoal</b>															
<b>Outros passivos</b>															
<b>Caixa líq. das ativid. operacionais</b>															
<b>Atividades de investimento</b>															
<b>Adiantam. para futuro aumento de capital</b>															
<b>Aquisições de invest./imobilizado/intang.</b>															
<b>Caixa líq. das ativid. de investimento</b>															
<b>Atividades de financiamento</b>															
<b>Captação de empréstimos e financiam.</b>															
<b>Pagamento de empréstimos e financiam.</b>															
<b>Pagamento partes relacionadas - mútuo</b>															
<b>Pagamento partes relacionadas - outros</b>															
<b>Caixa líq. das ativid. de financiamento</b>															
<b>Aumento (redução) do caixa/equív.caixa</b>															
<b>Demonstração da variação nos saldos</b>															
<b>Saldo no início do exercício</b>															
<b>Saldo no final do exercício</b>															
<b>Aumento (redução) do caixa/equív.caixa</b>															
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis</i>															
<b>18. Receita operacional líquida</b>															
<b>18.1. Receita bruta</b>															
<b>Vendas no mercado interno</b>															
<b>Vendas no mercado externo</b>															
<b>Total</b>															
<b>18.2. Deduções da receita bruta</b>															
<b>Devoluições de vendas</b>															
<b>Impostos incidentes sobre vendas</b>															
<b>Total</b>															
<b>18.3. Receita operacional líquida</b>															
<b>19. Custos e despesas operacionais</b>															
<b>19.1. Por natureza</b>															
<b>Matérias primas, embalagens e insumos</b>															
<b>Pessoal e administradores</b>															
<b>Depreciação</b>															
<b>Energia e gás industrial</b>															
<b>Fretes e Comissões</b>															
<b>Outros custos e despesas</b>															
<b>Total</b>															
<b>19.2. Por função</b>															
<b>Custo dos produtos vendidos</b>															
<b>Despesas com vendas</b>															
<b>Despesas administrativas</b>															
<b>Total</b>															
<b>20. Outras receitas e desp. operacionais:</b> Em 2021 foi reconhecido no resultado o valor de R\$ 15.789, decorrente de ganho judicial transitado em julgamento que buscou a exclusão do ICMS da base do Pis e Cofins.															
<b>21. Resultado Financeiro</b>															
<b>21.1. Despesas financeiras</b>															
<b>Juros de empréstimos e financiamentos</b>															
<b>Juros de mútuo com partes relacionadas</b>															
<b>Outras despesas financeiras</b>															
<b>Total</b>															
<b>21.2. Receitas financeiras</b>															
<b>Rendimentos de aplicac. financeiras</b>															
<b>Juros e descontos financ. de dupls</b>															
<b>Outras receitas financeiras (*)</b>															
<b>Total</b>															
<b>21.3. Variação cambial líquida</b>															
<b>Variação cambial passiva</b>															
<b>Variação cambial ativa</b>															
<b>Total</b>															
<b>21.4. Resultado financeiro total</b>															
<i>(*) Em 2021, do total de "outras receitas financeiras", R\$ 23.306 refere-se a atualização de ganhos judiciais (exclusão do ICMS da base do Pis/Cofins e exclusão do crédito presumido de ICMS da base do IRPJ/CSLL)</i>															
<b>22. Despesa de IRPJ e CSLL - Conciliação</b>															
<b>22.1. Imposto de Renda</b>															
<b>Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>															
<b>IRPJ à alíquota fiscal de 9%</b>															
<b>Exclusão juros sobre o capital próprio</b>															
<b>Exclusão subv. para investim. (LC 160/2017)</b>															
<b>Outras exclusões ou adições</b>															
<b>Compensac. prej. fiscal (base calc.negat.IRPJ)</b>															
<b>Abatim. de incentivos com ded. direta do IRPJ</b>															
<b>IRPJ lançado no resultado</b>															
<b>Aliquota efetiva</b>															
<b>22.2. Contribuição social</b>															
<b>Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>															
<b>CSLL à alíquota fiscal de 9%</b>															
<b>Exclusão juros sobre o capital próprio</b>															
<b>Exclusão subv. para investim. (LC 160/2017)</b>															
<b>Outras exclusões ou adições</b>															
<b>Compensac. prej. fiscal (base calc.negat.CSLL)</b>															
<b>CSLL lançada no resultado</b>															
<b>Aliquota efetiva</b>															
<b>22.3. Total de despesa de IRPJ e CSLL</b>															
<b>IRPJ e CSLL lançados no resultado</b>															
<b>Aliquota efetiva</b>															
<b>Reversão de IRPJ e CSLL (*)</b>															
<b>IRPJ/CSLL ajustados lançados no resultado</b>															
<i>(*) Em 2021 a Companhia constituiu reversão de IRPJ e CSLL em virtude do ganho judicial que reconheceu a exclusão do crédito presumido de ICMS da base destes tributos</i>															

Diretoria

Thereza Verona Tondo - Diretora Presidente

Rogério Joaquim Tondo - Diretor Superintendente

Dirceu Bertarello - Diretor

João Luiz Roth - Diretor

Carlos Valentin Zamboni - Contador - CRC/RS 43508

continua



## TONDO S.A.

CNPJ 88.618.285/0001-70 - NIRE 43 3 0001226 3

continuação

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores e acionistas da Tondo S.A. - Caxias do Sul - RS.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Tondo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tondo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apro-

priada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com

as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;** **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;** **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;** **Concluímos sobre a**

adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional; **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.**

Porto Alegre, 22 de março de 2022.

**Romeu Sabino da Silva**  
CT CRC  
1RS-071.263/O-0

**Grant Thornton Auditores Independentes**  
CRC  
2SP-025.583/O-1



**PÁGINA  
CERTIFICADA**

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em [pioneiro.com/publicidadelegal](http://pioneiro.com/publicidadelegal)